

UNIVERSIDADE DE BRASÌLIA  
Faculdade De Ciências e Tecnologia De Engenharias – Gama

Desigualdade do Acesso ao uso da Tecnologia

Uma análise histórica e social

Melissa De Sousa Santos

Murilo Gouveia E Silva

Nandjala Mendonça

Noburo Luiz Watanabe Monteiro

Pablo Antonio Martins De Sousa

Paulo Caleb Fernandes Da Silva

Paulo Ferreira De Lima Filho

Pedro De Miranda Haick

Pedro Henrique Américo De Sá

Professora: Vanessa Maria de Castro, Dr.

GAMA – DF

2025

Melissa de Sousa Santos – 211062295

Murilo Gouveia e Silva – 241011519

Nandjala Mendonça – 241012338

Noburo Luiz Watanabe Monteiro – 231026527

Pablo Antonio Martins de Sousa – 241025819

Paulo Caleb Fernandes da Silva – 211062820

Paulo Ferreira de Lima Filho – 241011976

Pedro de Miranda Haick – 180129147

Pedro Henrique Américo de Sá – 241025980

Desigualdade do Acesso ao uso da Tecnologia

Análise e avaliação da sociedade atual para elencar os motivos que levam a desigualdade do acesso e uso das tecnologias vigentes, como internet, computadores e dispositivos móveis.

Professora: Vanessa Maria de Castro, Dr.

GAMA – DF

2025

Resumo

Este trabalho analisa a desigualdade do acesso ao uso da tecnologia, e como esse problema é um produto de mazelas históricas e sociais. A pesquisa busca identificar quais são as bases dessa desigualdade, analisando fatores históricos, culturais, econômicos e raciais, e como ela afetou e afeta o acesso e o uso da tecnologia, como internet e aparelhos eletrônicos, por grupos marginalizados. A metodologia empregada foi a análise e revisão de literatura, em sua maioria indicação da professora vigente, que buscou como referências obras das autoras Angela Davis, Sueli Carneiro e bell hooks. Neste estudo se destaca como a exclusão digital reforça desigualdades preexistentes e propõe reflexões sobre como isso afeta as populações vulneráveis.

**Palavras-chave:** desigualdade digital; exclusão tecnológica; acesso à tecnologia; inclusão digital; racismo.

ABSTRACT

This paper analyzes the inequality in access to technology and how this issue is a product of historical and social hardships. The research aims to identify the foundations of this inequality by examining historical, cultural, economic, and racial factors and how they have influenced and continue to influence access to and use of technology, such as the internet and electronic devices, by marginalized groups. The methodology employed was literature analysis and review, primarily based on recommendations from the current professor, drawing on works by Angela Davis, Sueli Carneiro, and bell hooks. This study highlights how digital exclusion reinforces preexisting inequalities and proposes reflections on how it impacts vulnerable populations.

**Keywords:** digital inequality; technological exclusion; access to technology; digital inclusion; racism.

sumário

1. Introdução 5

2. O legado da escravidão e desigualdade racial no Brasil e EUA 6

3. Formação do indivíduo 10

3.1 O índio como População Indesejada e o seu Desaparecimento 11

3.2 A Cultura Africana e a Violência Intelectual 12

3.3 Chimamanda Adichie e o Perigo da Perspectiva Única 12

3.4 ACESSO À EDUCAÇÃO 13

4. olhar oposicionista 15

4.1 O Olhar e o Poder nas Teorias de Foucault 15

4.2 Resistência e Representação no Cinema e na Televisão 16

5. Conclusão 18

6. Referências Bibliográficas: 19

# Introdução

No mundo atual, a tecnologia é uma ferramenta essencial para a educação, para o trabalho e a interação social. Porém, o acesso a esses recursos não é igual, refletindo várias desigualdades históricas e estruturais presentes na sociedade. A escolha deste tema entre os dez propostos pela professora se deu pela sua relevância, pelo impacto direto que a falta de acesso à tecnologia tem na qualidade de vida e nas oportunidades das populações mais vulneráveis e pela familiaridade de alguns integrantes do grupo em relação ao tema.

O problema central deste estudo é a desigualdade no acesso e uso das tecnologias, que perpetua disparidades educacionais, econômicas e sociais. Dessa forma, surge a necessidade de compreender quais são as bases históricas e sociais que sustentam essa desigualdade, como ela se dá na utilização da tecnologia e algumas formas de resistência que são praticadas. A hipótese considerada é que fatores históricos e socias como racismo estrutural, desigualdade de gênero e disparidades econômicas são determinantes para essa realidade.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar a sociedade atual para identificar os principais motivos que dificultam o acesso equitativo à tecnologia, considerando elementos como internet, computadores e dispositivos móveis. Para atingir essa finalidade, será utilizada uma metodologia baseada na análise e revisão de literatura, com base nas contribuições das autoras Angela Davis, Sueli Carneiro e bell hooks. Foi feita uma análise dos textos pelos integrantes do grupo estabelecendo um panorama crítico e reflexivo sobre o tema ao longo de todo trabalho.

# O legado da escravidão e desigualdade racial no Brasil e EUA

A obra de Angela Davis, “Mulheres, Raça e Classe”, auxilia a compreensão de como as opressões, em especial o colonialismo, o racismo, machismo e a exploração econômica influenciam e moldam desigualdades em diversas esferas da vida, inclusive o acesso à tecnologia. Nesse livro ela analisa a relação entre as violências interseccionais e como a sociedade se desenvolve, de modo a compreender as raízes históricas e sociais da exclusão tecnológica.

O livro de Davis analisa, principalmente, o contexto da história dos Estados Unidos, porém no Brasil, assim como nos EUA, o sistema escravista definiu corpos negros como propriedade, de modo a negar a sua humanidade e relegando-os ao trabalho compulsório. Nos capítulos iniciais do livro, Davis destaca como as mulheres negras eram exploradas duplamente: como força de trabalho e pela sua capacidade reprodutiva, sendo desumanizadas e resumidas a um corpo reprodutor para benefício econômico (DAVIS, 2016). Elas desempenhavam tanto o trabalho físico pesado quanto o trabalho doméstico, assim como eram frequentemente vítimas de estupro por senhores de escravos, e seus filhos nascidos dessas relações perpetuavam o sistema escravista.

A autora salienta como até mesmo dentro do movimento abolicionista nos EUA, que foi essencial para a libertação de pessoas escravizadas, as vozes e experiências das mulheres negras eram negligenciadas. No brasil, a abolição da escravidão não foi acompanhada por políticas de reparação ou inclusão para pessoas ex-escravizadas, perdurando a exclusão de comunidades negras do acesso à educação e a profissões qualificadas.

Após a abolição da escravidão, a busca por instrução representava não apenas a conquista de direitos básicos, mas também um ato político de resistência contra o sistema. Pioneiras como Anna Julia Cooper e Mary McLeod Bethune defendiam uma educação que empoderasse as comunidades negras, enfatizando o pensamento crítico de cada um e a transformação social advinda por meio dele. Elas resistiram à imposição de currículos limitados que buscavam perpetuar a subordinação racial e lutaram por uma pedagogia que valorizasse a emancipação coletiva.

Davis também destaca as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras nesse processo: as inúmeras responsabilidades domésticas que lidavam paralelamente, a exploração econômica, sabotagens e ataques constantes. Ainda assim, elas persistiram. A educação não era apenas um meio de ascensão individual, mas uma ferramenta poderosa para transformar comunidades inteiras e resistir às estruturas vigentes.

Já no contexto do sufrágio feminino, a autora mostra como o movimento sufragista foi profundamente marcado por tensões raciais e de classe. As mulheres brancas de classe média e alta lideravam as campanhas pelo direito ao voto, frequentemente priorizando alianças políticas com homens racistas e seus próprios interesses de gênero em detrimento da solidariedade racial. Algumas líderes feministas brancas argumentavam que as mulheres brancas mereciam o voto por serem mais "civilizadas" que os homens negros recém-libertos. Mulheres negras como Ida B. Wells e Frances Ellen Watkins Harper questionaram essa exclusão, enfatizando que a verdadeira emancipação só poderia ser alcançada por meio de um sufrágio inclusivo, que reconhecesse as opressões interseccionais enfrentadas por esse grupo. Ainda assim, essas vozes foram marginalizadas, ilustrando como o racismo estrutural atravessou até mesmo movimentos progressistas.

Essa exclusão levou à formação de espaços próprios de organização. Surgiram diversas associações lideradas por mulheres negras que atuaram como líderes e educadoras, construindo redes de solidariedade e apoio que iam além do alcance das organizações brancas. A espiritualidade e as igrejas também desempenharam um papel crucial, funcionando como centros comunitários de mobilização e resistência que continuam a inspirar até hoje.

No fim da obra, a autora aborda temas como a contribuição das mulheres comunistas no movimento feminista. Ela demonstra que mesmo em organizações marxistas, o papel da mulher, principalmente negra, era negligenciado em favor unicamente do operariado, composto principalmente por homens brancos. Também denuncia como a solidariedade dentro de uma mesma raça muitas vezes prevalecia em relação à solidariedade de gênero. Davis aborda ainda a participação de mulheres importantes no movimento comunista que também estavam envolvidas na luta pelos direitos das mulheres, desafiando as hierarquias e mostrando como o feminismo estava ligado à luta contra a opressão racial. Entre essas mulheres estão figuras como Lucy Parsons e Ella Reeve Bloor, que criticaram a conexão entre racismo e capitalismo, e defenderam a libertação das mulheres negras e trabalhadoras.

Já ao abordar “O Mito do Estuprador Negro”, a autora analisa como o mito de que homens negros são propensos ao estupro de mulheres brancas foi usado para justificar a violência racial e a opressão. Esse mito se tornou um pretexto para linchamentos de homens negros e reforçou as divisões raciais nos Estados Unidos. A autora crítica como algumas feministas brancas perpetuaram essa narrativa sem considerar o contexto de exploração econômica e opressão que afetava tanto mulheres quanto homens negros. É possível ver versões muito parecidas ou até idênticas desses mitos atualmente, ao associar povos colonizados ou refugiados a algum tipo de perigo a populações ou a minorias.

Ademais, são discutidos direitos reprodutivos e a forma como o movimento por controle de natalidade e aborto foi moldado por uma perspectiva de classe média branca, negligenciando as necessidades e realidades das mulheres negras e imigrantes. A autora aponta que as mulheres de classes mais baixas enfrentavam condições de vida precárias e eram frequentemente forçadas a abortar devido à falta de recursos, além da imposição de políticas de esterilização forçada como forma de controle populacional.

Por fim, é abordada a questão do trabalho doméstico como uma questão de justiça social. É argumentado que enquanto as mulheres de classe média brancas discutiam a dessexualização do trabalho doméstico, as mulheres negras e pobres eram as mais sobrecarregadas com essas tarefas, sem poder de negociação. A autora propõe que o trabalho doméstico e o cuidado infantil deveriam ser socializados, ou seja, realizados de forma coletiva, o que permitiria que as mulheres não fossem oprimidas tanto pelo capitalismo quanto pelos papeis de gênero.

Hoje em dia, quando a tecnologia e a internet moldam cada vez mais a produção e as carreiras, esses temas estão intrinsecamente ligados à desigualdade no acesso à internet. Podemos entender que a luta por direitos iguais das mulheres discutida pela autora tem paralelos com a exclusão digital enfrentada por grupos marginalizados. A ausência de acesso uniforme à tecnologia e à internet reflete uma forma contemporânea de segregação e discriminação. Assim como o controle reprodutivo e a divisão do trabalho doméstico foram usados para manter as mulheres, especialmente negras e de classe trabalhadora, em posições de subordinação, o acesso desigual à internet perpetua a marginalização de comunidades pobres e minoritárias, restringindo seu acesso à informação, educação e oportunidades de trabalho. Segundo Castells (1999), a sociedade em rede reforça disparidades entre aqueles que possuem acesso à informação digital e aqueles que estão excluídos desse meio. Essas desigualdades não são meramente acidentais ou consequências de um atraso tecnológico, mas sim a continuidade de sistemas de dominação estabelecidos durante o período colonial e escravocrata, que reafirmam relações de poder baseadas no racismo, no machismo e na exploração de classe. A falta de acesso à tecnologia se torna mais uma camada de opressão, limitando a autonomia e a capacidade de mobilização de mulheres, principalmente aquelas que já sofrem da opressão econômica e de raça.

Angela Davis sublinha como o capitalismo perpetua e intensifica disparidades pré-existentes; no caso do Brasil, essa dinâmica se manifesta na forma como o acesso à tecnologia é tratado como mercadoria, não como direito. Conforme relatório da ONU (2021), a falta de acesso a tecnologias de informação limita oportunidades educacionais e econômicas, impactando principalmente populações vulneráveis. A população negra e periférica enfrenta não apenas a falta de recursos financeiros para adquirir dispositivos e pagar por serviços de internet, mas também barreiras estruturais, como escolas sem laboratórios de informática, ausência de banda larga em áreas marginalizadas e exclusão do mercado de trabalho tecnológico. A luta por acesso universal à internet e às tecnologias torna-se não apenas uma questão técnica ou econômica, mas um passo essencial para desmantelar os sistemas de opressão evidentemente presentes no país.

# Formação do indivíduo

Desde o nascimento até a vida adulta, tem-se um processo em que o indivíduo se torna ativamente presente na sociedade. Isso contribui para a formação da percepção de mundo do ser e, consequentemente, o aprimoramento de uma autoconsciência. Entretanto, se durante esse processo o sujeito for exposto a uma visão de mundo distorcida, sob um viés autodepreciativo e desincentivado, o indivíduo certamente terá suas escolhas de vida afetadas e prejudicadas devido à essa percepção. É sobre esse cenário que surge o conceito de epistemicídio, descrito por Sueli Carneiro.

Segundo Sueli Carneiro em sua tese de pós-graduação “A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser”, o biopoder é uma forma de controle social que se expressa nas relações raciais. Essa definição vem de uma interpretação da autora sobre a obra de Michel Foucault, que é complementada por uma ampla dissertação sobre o epistemicídio (CARNEIRO, 1999).

"Demonstrada a existência de um dispositivo de racialidade/biopoder operando na sociedade brasileira como instrumento articulador de uma rede de elementos bem definida pelo Contrato Racial que define as funções (atividades no sistema produtivo) e papeis sociais, este recorte interpretativo localiza neste cenário o epistemicídio como um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade/biopoder" - Fala de Sueli Carneiro (CARNEIRO, 1999).

A deslegitimação do conhecimento, tratada por Sueli Carneiro em sua tese, refere-se ao processo pelo qual o conhecimento e as culturas de grupos racialmente subalternizados, especialmente os negros, são desvalorizados e considerados inferiores em relação ao conhecimento ocidental dominante. Tal fenômeno pode ser uma manifestação do epistemicídio, já que busca anular a legitimidade epistemológica das culturas não ocidentais.

A falta de representação nas instituições educacionais e acadêmicas contribui para a desconsideração de suas experiências e conhecimentos, uma vez que a ausência de vozes negras em posições de poder e influência resulta em um ciclo de silenciamento. A perpetuação de estereótipos raciais e preconceitos também desempenha um papel crucial nesse processo, pois quando a sociedade vê os indivíduos negros através de uma lente de inferioridade, suas contribuições e saberes são automaticamente desvalorizados.

A predominância de narrativas hegemônicas que, muitas vezes, refletem apenas a visão de grupos privilegiados, marginalizando as vozes e experiências de comunidades historicamente oprimidas, como os negros e outros grupos minoritários é um dos principais limitadores na formação de outras perspectivas. Essa exclusão resulta em uma educação que não representa a pluralidade da sociedade, levando a uma formação cidadã que carece de uma compreensão abrangente das realidades sociais.

A ausência de acesso a recursos educacionais de qualidade, como livros, atividades culturais e espaços de diálogo, também limita a diversidade de perspectivas. Quando as comunidades não têm acesso a uma educação que valorize suas histórias e conhecimentos, a formação cidadã se torna ainda mais restrita, perpetuando um ciclo de exclusão e desinformação. Assim, a combinação de narrativas hegemônicas, estruturas educacionais normativas, falta de representatividade e acesso limitado a recursos contribui para a limitação da diversidade de perspectivas na formação cidadã. (Epistemicídio e o apagamento estrutural do conhecimento africano, 2025).

O epistemicídio se manifesta através da violência simbólica, onde as narrativas dominantes não apenas ignoram, mas também deslegitimam as experiências dos grupos oprimidos. Isso cria um ambiente em que suas vozes são silenciadas e suas histórias não são contadas, levando a uma crise de identidade que pode afetar a autoestima e a percepção de valor dos indivíduos como portadores de conhecimento. Assim, o epistemicídio não é apenas uma questão de exclusão do conhecimento, mas um processo que perpetua desigualdades sociais e raciais, desconsiderando as experiências e saberes dos grupos oprimidos e reforçando a marginalização dessas vozes na sociedade (CARNEIRO, 1999).

## O índio como População Indesejada e o seu Desaparecimento

A sociedade do Brasil está repleta de fenômenos que servem de exemplo para esse fenômeno. Um exemplo disso foi o que aconteceu com os povos indígenas durante o período colonial. Em um artigo publicado no ano de 1992, a pesquisadora Maria Sylvia Porto Alegre aponta que o apagamento da influência indígena no povo brasileiro foi resultado de uma política articulada, pois a presença desses povos nas terras desejadas pelo governo gerava conflitos sociais frente à resistência demonstrada pelas aldeias indígenas. A solução, em grande parte, foi a "integração" dos indígenas à sociedade através do trabalho. Dessa forma, o governo os transformara em mão de obra enquanto pouco a pouco enfraquecia a cultura indígena (PORTO ALEGRE, 1992).

"A legislação indigenista mostra como, no decorrer do século XIX, as províncias passam, uma por uma, a negar sistematicamente a existência de índios e a apoderar-se do que resta de suas terras. Embora com controvérsias e disputas, o indigenismo oficial se caracteriza pelo empenho na dispersão e diluição dos povos indígenas na população circundante. Extinguem-se os aldeamentos, depois as Diretorias de índios, até que a maioria das terras indígenas é expropriada e a espoliação se completa com o trabalho compulsório recrutado por particulares e pelo Estado. ", afirma Porto Alegre.

## A Cultura Africana e a Violência Intelectual

O que aconteceu com os povos indígenas não é um exemplo isolado. Com a cultura africana, ocorre algo similar. Trazidos de outro continente como escravos, os africanos sofriam constantemente o ato da violência, tanto física quanto intelectual. Traziam consigo traços da cultura de um país de origem, porém, estes foram diretamente excluídos da sociedade, tratados com desumanização e tiveram sua cultura e intelectualidade invalidadas.

Hoje, como consequência da ausência prolongada de voz ativa na comunidade, nota-se a ausência de representatividade e a propagação de ideias racistas, que inviabilizam o reconhecimento da participação da cultura africana no Brasil (Epistemicídio e o apagamento estrutural do conhecimento africano, 2025).

## Chimamanda Adichie e o Perigo da Perspectiva Única

A escritora Chimamanda Ngozi Adichie alerta sobre o perigo da falta de representatividade, que se transcreve no Brasil com o predomínio de figuras públicas e produções intelectuais brancas e a marginalização do negro. Em entrevista, a escritora conta sobre sua infância como leitora e relata que, mesmo na Nigéria, os autores africanos não tinham a mesma visibilidade que os autores europeus, além de serem mais raros de serem encontrados do que os livros estrangeiros.

“Porque tudo que eu havia lido eram livros nos quais as personagens eram estrangeiras, eu me convenci de que os livros, por sua própria natureza, tinham de ser estrangeiros. E tinham de ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. Mas as coisas mudaram quando eu descobri os livros africanos” (ADICHIE, 2009).

Apesar da extensa produção intelectual dessas culturas, hoje temos poucos vestígios do que foram, uma vez, sociedades prósperas e ativas intelectualmente. Esse processo descreve precisamente o que Sueli Carneiro caracteriza como epistemicídio em seu trabalho: “o modus operandi do empreendimento colonial”, nas palavras da própria autora (ADICHIE, 2009).

## ACESSO À EDUCAÇÃO

A educação, segundo a autora, é o espaço para formação de resistência e prosperidade no contexto das relações raciais. A negação do acesso à educação de qualidade para os grupos dominados é ferramenta para limitar esses indivíduos sobre as decisões e operadores da vida cívica, ou seja, esses indivíduos se tornam grupos silenciados e passam a ter uma cidadania limitada.

Os espaços públicos das universidades precisam ser tomados pelo debate sobre acesso equitativo à educação superior para todos, pois a formação cidadã dos futuros profissionais é a principal ferramenta para mitigação a longo prazo dos efeitos do racismo e sexismo na sociedade brasileira.

As redes sociais são ferramentas de coerção e movimentação de massas e possuem um impacto tão avassalador na sociedade quanto uma educação de má qualidade e/ou desigual. Substituindo de forma desleixada e irresponsável os meios oficiais de comunicação pelas redes sociais, os cidadãos se colocam desfavoráveis nas relações de poder. O controle das informações atualmente é o que determina o que é considerado verdadeiro e contribui significativamente para o apagamento dos saberes dos grupos dominados, em que as redes sociais se tornam o palco para a perpetuação de um sistema de opressão.

Atualmente uma grande parcela da população é criada desde criança dentro de celulares, se tornando cidadãos facilmente manipuláveis pelas “big techs” enquanto outra grande parcela sequer chega a ter acesso a um dispositivo eletrônico quando criança devido à grande desigualdade social (IBGE, 2018), desigualdade essa que gera um apagamento social intencional que se reflete desde o ensino tradicional até as novas abordagens de ensino. Isso forma dois grandes grupos: Aqueles que não enxergam e aqueles que são cegos: Os que não enxergam são ensinados a não enxergar, enquanto os cegos sequer um dia foram ensinados.

# olhar oposicionista

O "olhar oposicionista" (HOOKS, 1992) descrito pela escritora bell hooks seria uma forma de resistência que surge das experiências das mulheres negras e de sua relação com as imagens e narrativas distorcidas que dominam a sociedade. Esse conceito nos ajuda a entender como o ato de um simples olhar pode ser uma ferramenta fundamental para reverter os estereótipos, expondo de que maneira as estruturas de poder definem como pessoas negras são representadas na mídia convencional e assim, desconstrui-las. Esse olhar se conecta a uma longa história de opressão racial e de gênero, desafiando as normas impostas e abrindo espaço para novas possibilidades de representação.

Desde a escravidão, o ato de olhar sempre esteve ligado ao poder e ao controle. Pessoas negras eram punidas por olhar diretamente para seus senhores brancos, pois esse gesto era visto como um desafio à autoridade. Mas esse controle ia além da violência física, ele também era psicológico, funcionando como uma ferramenta para reforçar a submissão e extinguir qualquer sinal de autonomia e independência. Impedir um negro de olhar era uma estratégia de desumanização, negando às pessoas negras o direito básico de ver e ser vistas com dignidade, como seres humanos.

bell hooks destaca como essa repressão histórica deixou marcas profundas nas práticas disciplinares dentro da própria comunidade negra. Em seu relato pessoal, ela descreve como durante a infância era desencorajada a "encarar" adultos, uma regra que refletia o medo internalizado e a obediência forçada ao poder (HOOKS, 1992). No entanto, hooks mostra que mesmo sob a repressão o desejo de olhar nunca foi completamente silenciado. A prática de "dar uma espiada" era uma forma sutil, mas significativa de resistência uma maneira de desafiar as normas e imaginar possibilidades diferentes.

## O Olhar e o Poder nas Teorias de Foucault

As teorias de Michel Foucault sobre poder oferecem uma estrutura útil para compreender o olhar oposicionista. Segundo Foucault, o poder não é simplesmente repressivo, mas também é produtivo, e cria oportunidades para resistência. O olhar, nesse contexto, torna-se uma dessas brechas onde a dominação pode ser contestada. hooks conecta essa ideia ao ato de olhar crítico: mesmo quando as pessoas negras foram privadas do direito de olhar ou desencorajadas a fazê-lo, elas encontraram maneiras de resistir e imaginar outras realidades.

Essa resistência, ainda que pequena, possui um impacto bastante profundo. Ela mostra que o poder nunca é total e que estruturas opressoras podem ser questionadas e transformadas. Quando enxergar passa a ser um ato de crítica e desconstrução, o olhar se torna uma ferramenta poderosa de resistência ao racismo e ao patriarcado, abrindo caminho para novas formas de entender o mundo. O olhar oposicionista não é apenas observar, é um ato de enfrentamento, uma maneira de dar novos sentidos à realidade e reivindicar outras possibilidades de existência.

## Resistência e Representação no Cinema e na Televisão

As mídias tradicionais, como o cinema e a televisão, são historicamente moldadoras e também perpetuadoras hegemônicas de estereótipos raciais e de gênero. A autora destaca que desde a infância, a população negra é exposta a tais mecanismos de racismo, gerando a necessidade de os espectadores desenvolverem um olhar crítico, questionar e combater as narrativas sustentadas pela mídia.

Para as mulheres negras o desafio de ser vista não só era dificultado pelo racismo, como também era pelo sexismo. Enquanto no cinema a figura feminina era representada por mulheres brancas luxuosas e desejadas, apenas os papéis estereotipados restavam para as atrizes negras.

Essa exclusão reforçava a ideia de que as mulheres negras não tinham lugar nas narrativas principais. Mesmo em filmes independentes dirigidos por homens negros, as mulheres negras frequentemente continuavam a ser objetificadas.

No entanto, as mulheres negras resistiram a essas representações limitadoras. Ao desenvolver um olhar crítico, as mulheres negras passaram a rejeitar imagens que as diminuíam e a imaginar novas formas de se representar. A autora destaca que, dentro das comunidades negras, assistir à televisão e ao cinema se tornou mais do que um simples entretenimento, se tornou um momento de aprendizado coletivo, onde as imagens eram debatidas e reinterpretadas como parte de um ato de resistência cultural.

A rejeição das representações racistas e sexistas é apenas um aspecto do olhar oposicionista. Mais do que resistir, esse olhar também transforma a maneira como as mulheres negras percebem a si mesmas e suas comunidades. Ao examinar criticamente o mundo e as imagens que as representa, as mulheres negras começam a reconstruir suas identidades de forma transformadora.

hooks critica a forma como o cinema tradicional constrói o olhar a partir da perspectiva masculina e branca, objetificando as mulheres como corpos para o prazer visual. O olhar oposicionista subverte essa lógica, recusando-se a participar do ciclo de objetificação. Ele possibilita que as mulheres negras analisem criticamente as narrativas visuais e culturais.

Além de forma de resistência, o olhar permite que as mulheres negras criem suas próprias e autênticas identidades. Isso garante a devolução do processo de criação de narrativas para as pessoas que realmente sabem como é a realidade e a vivência daquele grupo. Mais do que corrigir representações distorcidas, esse movimento busca construir novas possibilidades: alternativas que desafiem padrões impostos e abram caminho para futuros mais livres e autênticos.

Para bell hooks a necessidade de combater as visões estereotipadas surge de uma luta por justiça e igualdade para a população negra. Nisso, observar o que é imposto a nós pela mídia tradicional é essencial para desconstruirmos uma ótica intrinsecamente racista. No cinema e na televisão, meios onde as figuras imagéticas são moldadas, as mulheres negras lutam não apenas para serem reconhecidas, mas também para serem representadas de forma não caricata e desfigurada da realidade.

Esse embate se reflete na relação ambígua que muitas mulheres negras têm com o cinema. Se, por um lado, há o fascínio e o prazer proporcionados pelas grandes narrativas de Hollywood, por outro, há a frustração diante de estereótipos desgastados ou da ausência de personagens que simbolizem, de fato, a riqueza de suas vivências. Essa tensão, no entanto, alimenta uma consciência crítica e fortalece o desejo de criar histórias que expressem, com profundidade, a diversidade de experiências e realidades negras femininas, sendo isso também um ato de contra o sexismo (HOOKS, 2018).

# Conclusão

A desigualdade no acesso e uso da tecnologia é um reflexo de problemáticas sociais e históricas profundamente enraizadas. A partir da análise, se percebe que esse fenômeno é sustentado por fatores históricos e socias como desigualdade econômica, racismo estrutural e barreiras de gênero, que limitam o acesso de determinados grupos a ferramentas tecnológicas essenciais para a inclusão digital.

Esses fatores abordados pelas autoras Angela Davis, Sueli Carneiro e bell hooks demonstram que a principal população que sofre são as mulheres, negras e vulneráveis economicamente. Em que mesmo quando há uma ascensão social de indivíduos dessa população, perduram-se as mazelas que as prejudicam não só em relação ao uso da tecnologia, mas sua expressão dentro do mundo, das redes socias e do mercado de trabalho.

Ao longo da pesquisa, é possível compreender como as barreiras históricas continuam impactando a distribuição de oportunidades no presente. Esse cenário reforça a importância de políticas públicas e iniciativas sociais que garantam maior inclusão digital, possibilitando a democratização do acesso e o uso igualitário das tecnologias.

Dessa forma, este estudo reforça a necessidade de ampliar o debate sobre a inclusão digital, desde sua criação ao uso, e buscar soluções que combatam as desigualdades estruturais existentes. Pois somente a partir da compreensão da sociedade e dos problemas que existem que podemos estabelecer os caminhos e maneiras de mitigar as heranças racistas e sexistas que tanto prejudicam a sociedade.

# Referências Bibliográficas:

FERREIRA, Laíssa. Mulheres, raça e classe. Mulheres na Filosofia, 17 dez. 2020. Disponível em: https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/mulheres-raca-e-classe/. Acesso em: 17 jan. 2025.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

TV Boitempo. Introdução a Angela Davis | MULHERES, RAÇA E CLASSE | com Raquel Barreto. [vídeo]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=\_U0xnQz29XE. Acesso em 14 jan. 2025

Jornal Nacional. Menos de um terço da população brasileira tem acesso pleno à internet. G1, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/18/menos-de-um-terco-da-popul acao-brasileira-tem-acesso-pleno-a-internet-mostra-pesquisa.ghtm

Jornalismo TV Cultura. Internet: desigualdade no acesso entre estudantes compromete desenvolvimento dos mais pobres. Youtube. Disponível em: https://youtu.be/vBYjWGPt29k

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 1999. 201 f. Tese (Doutorado em Educação)—Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PORTO ALEGRE, M. S. CULTURA E HISTÓRIA: SOBRE O DESAPARECIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS. p. 13, [s.d.].

Epistemicídio e o apagamento estrutural do conhecimento africano. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/epistemicidio-e-o-apagamento-estrutural-do-conhecimento-africano/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE. The danger of a single story. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda\_ngozi\_adichie\_the\_danger\_of\_a\_single\_story?subtitle=pt-br>. Acesso em: 15 jan. 2025.

TERMINA o prazo para Meta dar esclarecimentos ao governo brasileiro. Agência Brasil, Brasília, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2025-01/termina-o-prazo-para-meta-dar-esclarecimentos-ao-governo-brasileiro>. Acesso em: 15 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Projeções da população do Brasil e Unidades da Federação: 2018-2060. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963\_informativo.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

HOOKS, bell. In Black Looks: Race and Representation. Boston: South End Press, 1992. Capitulo 7: 117 – 131. Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/arts/english/currentstudents/postgraduate/masters/modules/femlit/bell\_hooks.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

HOOKS, bell. O Feminismo é para todo Mundo. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2018.